

HABEAS CORPUS Nº 515.498 - SP (2019/0168356-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE DUTRA DA ROSA FILHO
ADVOGADO : JOSÉ DUTRA DA ROSA FILHO - RN005071
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JANDEILSON DO NASCIMENTO SANTOS (PRESO)

DECISÃO

JANDEILSON DO NASCIMENTO SANTOS, acusado por **homicídio qualificado tentado**, alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que denegou a ordem lá impetrada, na qual pretendia o reconhecimento de excesso de prazo.

Reitera o impetrante a alegação de excesso de prazo, na medida em que o paciente se encontra preso desde 9/11/2018 e que a instrução criminal ainda não foi concluída. Ressalta, ainda, que o delito foi cometido em legítima defesa e que somente tomou conhecimento do processo anos depois do fato, motivo pelo qual requer seja expedido alvará de soltura.

Em que pesem os argumentos expostos pelo impetrante, sobretudo aqueles que indicam a possibilidade de incidência de causa excludente de ilicitude, **observe que o habeas corpus não foi corretamente instruído.**

Deveras, embora haja sido juntada cópia da decisão que manteve a custódia cautelar, bem como o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, não há, nos autos, quaisquer outros elementos documentais que permitam aferir o aventado excesso de prazo, tampouco a plausibilidade da alegação de que o paciente haveria agido em legítima defesa.

O acórdão, no particular, consigna que existem precatórias ainda não cumpridas, as quais servem para oitiva de testemunhas da defesa, bem como destaca a gravidade do delito, **a indicar que a argumentação do impetrante é dissociada dos fatos até então apurados.**

Tais circunstâncias, aliada ao fato de que **o processo permaneceu suspenso por anos até que o paciente fosse localizado**, denotam a necessidade da correta instrução do habeas corpus, sobretudo com

a apresentação de cópia da denúncia e das principais peças do inquérito, do decreto preventivo que foi mantido pela decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, bem como com outros elementos que pudessem esclarecer a controvérsia, o que não foi feito.

A possibilidade de se impetrar *habeas corpus*, perante esta Corte, despido de qualquer formalidade essencial, não se traduz na desnecessidade de instruí-lo com os documentos essenciais que possibilitem avaliar a existência ou não de constrangimento ilegal. Nesse sentido é pacífica a orientação desta Corte (v. g. **AgRg no HC n. 285.578/AM**, Rel. Ministro Marco **Aurélio Bellizze**, DJe 2/5/2014.)

Logo, com fundamento no art. 34, XVIII, c.c. o art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**